

política

Concessão do Dmae deve começar a ser debatida hoje

Votação do novo Código de Limpeza Urbana da Capital foi adiada

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz
sofia@jcrs.com.br

Após a confusão na última quarta-feira passada, segundo informações internas, a intenção da base é acalmar os ânimos. O projeto do novo Código de Limpeza Urbana foi adiado para sessões futuras, ainda sem data para votação. Já a concessão parcial do Departamento de Água e Esgotos (Dmae) deve começar a ser discutida hoje.

A concessão do Dmae, que tramita no Legislativo há cerca de cinco meses, ainda aguarda o início da discussão. No começo de outubro, a Comissão Especial da Concessão do Dmae entregou relatório favorável à concessão, com ênfase em um processo técnico e transparente. O projeto poderia ter sido sancionado pelo prefeito Sebastião Melo (MDB) sem aprovação do Legislativo, mas o chefe do Executivo municipal optou pela chancela dos vereadores.

“Se entenderem que não deve passar, eu respeito. Se eu estou submetendo à Câmara e não for aprovado, eu vou ter que respeitar, porque é uma decisão política”, afirmou Melo. Mesmo proposto pelo Executivo, o projeto enfrenta certa resistência entre parlamentares da base, muitos preocupados com a percepção que a população terá do processo.

Na última quarta, os dois projetos estavam elencados na ordem



JÚLIA URIAS/CMPA/JC

Acesso às galerias do Parlamento municipal terá regras mais rigorosas

de discussão. Vários manifestantes contrários às propostas se acumularam em frente à entrada da Câmara, muitos impedidos de acessar as galerias do plenário por um novo protocolo de segurança da casa, instalado no mesmo dia.

Em dado momento, os vereadores receberam a informação de que os manifestantes estariam sendo agredidos pela Guarda Municipal, fazendo com que os parlamentares da oposição corressesem até o pátio do prédio.

Após o conflito, os vereadores de oposição foram ao Palácio da Polícia para registrar boletins de ocorrência. Em coletiva de imprensa após o ocorrido, a vereadora Comandante Nádia (PL), que preside o Parlamento, afirmou que o protocolo de segurança será intensificado em sessões com projetos

polêmicos, com possibilidade de fechamento das galerias.

O novo Código de Limpeza Urbana, de autoria do Executivo, já foi discutido em sessões anteriores, todas acompanhadas por grupos de catadores, que serão afetados pela nova legislação. De acordo com a prefeitura, o intuito da proposta é atualizar as condutas do manejo de resíduos, buscando atender às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O trecho mais polêmico do texto propõe impedir a triagem e a catação de resíduos sólidos em logradouros públicos, instituindo a conduta como uma infração leve. De acordo com a proposta, os que seguirem exercendo a atividade deverão pagar multa de 90 Unidades Financeiras Municipais (UFM), equivalente a R\$ 519,39.

Legislativo de Porto Alegre elabora novo protocolo de segurança

Sem reunião da Mesa Diretora, uma resolução legislativa define mudanças no protocolo de segurança da Câmara de Porto Alegre. O texto recebeu, até o fechamento desta edição, duas assinaturas favoráveis de sete vereadores votantes.

As medidas, atualizadas após a confusão na última quarta-feira, devem entrar em prática já nesta quarta-feira, quando está marcado o início da discussão do projeto que trata da concessão parcial do Departamento de Água e Esgotos (Dmae).

A minuta atualiza procedimentos em dias considerados “atípicos”, quando há expectativa de manifestações, debate sobre matérias controversas ou com antecedentes conflituosos. Nestas ocasiões, os portões externos serão fechados e o acesso de carro ao Parlamento deve ser feito até as 10h. As novas medidas também autorizam a utilização de gradis para separar os manifestantes dos portões de acesso.

A entrada nas galerias será permitida a partir das 12h30min, mediante apresentação de identificação com foto. A nova determinação também estabelece que em sessões com a presença de grupos de pensamentos antagônicos, estes devem estar separados nas galerias.

Nesta segunda-feira, a vereadora Comandante Nádia (PL) apresentou a minuta à Mesa Diretora e tentou colocá-la em votação, mas o vereador Alexandre Bublitz (PT) deixou a reunião e derrubou o quórum mínimo para deliberações. Desta vez, a validação do documento será por assinaturas.

O novo protocolo de segurança sofreu alterações em relação a sua apresentação original. Em requerimento enviado à Mesa, o vereador Roberto Robaina (PSOL) pontuou diversos quesitos questionáveis da resolução, como a declaração de “dia atípico” ser responsabilidade exclusiva da Presidência e da Diretoria-Geral. No documento aprovado, a tarefa se torna de incumbência da Mesa Diretora.

O tumulto na Câmara também foi assunto da reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana de ontem. Nenhum dos vereadores da base compareceu ao encontro, tornando essa a primeira reunião do colegiado neste ano a não atingir o quórum mínimo de três parlamentares presentes.

Ainda que sem a possibilidade de encaminhar demandas oficialmente, os participantes discutiram o ocorrido com membros de entidades da sociedade civil.

Deputados aprovam conselho contra informalidade

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Os deputados estaduais aprovaram ontem três dos 22 projetos que figuravam na pauta da Assembleia Legislativa. A primeira matéria aprovada foi a proposta do deputado Issur Koch (PP) que cria o Conselho Estadual de Combate à Informalidade (Cecoi). Apesar de Koch não estar no plenário durante a votação, seu projeto recebeu 37 votos favoráveis e nenhum contrário.

Segundo o texto, o Cecoi será vinculado à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e terá como objetivo promover ações que reduzam ou extingam a informalidade,

em suas mais variadas formas. O texto define ainda seis tipos de informalidade.

Por exemplo, “economia informal ou subterrânea é o desenvolvimento de atividades que estão à margem da formalidade, sem registro da empresa, sem emissão de notas fiscais, sem recolhimento de tributos, sem cumprimento de regras trabalhistas, previdenciárias e fiscais”. Os camelôs se enquadrariam nessa categoria.

O texto original recebeu uma emenda do líder do governo na Assembleia, Frederico Antunes (PP). O conselho será formado por um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico;

um da Casa Civil; um do Procon; um da Fecomércio; um da Fiergs; um da Farsul; um da Famurs, e um da Federasul.

Além disso, os parlamentares aprovaram com 27 votos favoráveis o projeto da deputada Luciana Genro (PSOL), que reconhece como patrimônio histórico e cultural do RS os Assentamentos do Bará. A matéria foi aprovada com 27 votos favoráveis e nenhum contrário.

O último texto aprovado ontem foi a proposta de Luiz Marengo (PDT), que reconhece o interesse religioso, cultural e turístico do monumento Cristo Protetor, localizado no município de Encantado. A matéria recebeu 38 votos favoráveis.

Apoio: **Jornal do Comércio**
O Jornal de economia e negócios do RS

VALTER LOBATO
Mestre e doutor em Direito. Professor da UFMG

PAULO CALIENDO
Mestre e doutor em Direito. Professor da PUC/RS

MODERADORES:

MILTON TERRA MACHADO
Vice-Presidente Jurídico da FEDERASUL

RAFAEL WAGNER
Comissão de Assuntos Tributários da Divisão Jurídica da FEDERASUL

PATROCÍNIO:

B S P Z • LAW ESTEVEZ 20 TARVÔS TERRA MACHADO CITOLIN

Largo Visconde de Cairu, 17 - 4º andar - Porto Alegre

Convênio com o Estacionamento Lyon Park - Av. Mauá, 1587 Lyon Park - Av. Mauá, 1413 (Prédio do Palácio do Comércio)